

LEI COMPLEMENTAR Nº52/2019
DE 26 de Junho de 2019

Institui no Município de São Cristóvão o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido aos Microempreendedores Individuais - MEIs, Microempresas - MEs e Empresas de Pequeno Porte - EPPs, de que trata a Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações e dá outras providências.

O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO, ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei Complementar estabelece tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a ser dispensado aos microempreendedores individuais – MEIs, às microempresas – MEs e empresas de pequeno porte – EPPs, em conformidade com o que dispõe os artigos 146, III, “d”, 170, IX, e 179 da Constituição Federal e a Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º. Ressalvado o disposto no Capítulo IV desta Lei Complementar, toda nova obrigação que atinja os MEIs, MEs e EPPs deverá apresentar, no instrumento que a instituiu, especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para cumprimento.

§ 2º. Na especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido de que trata o § 1º, deverá constar prazo máximo, quando forem necessários procedimentos adicionais, para que os órgãos fiscalizadores

SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO

cumpram as medidas necessárias à emissão de documentos, realização de vistorias e atendimento das demandas realizadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte com o objetivo de cumprir a nova obrigação.

§ 3º. Caso o Órgão Fiscalizador descumpra os prazos estabelecidos na especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, conforme o disposto no § 2º, a nova obrigação será inexigível até que seja realizada visita para fiscalização orientadora e seja reiniciado o prazo para regularização.

§ 4º. A ausência de especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido ou da determinação de prazos máximos, de acordo com os §§ 1º e 2º, tornará a nova obrigação inexigível para as microempresas e empresas de pequeno porte.

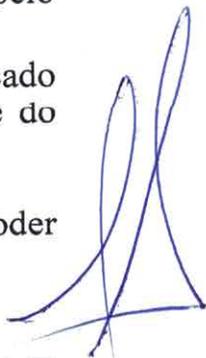
§ 5º. A inobservância do disposto nos §§ 1º a 4º resultará em atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional da atividade empresarial.

Art. 2º. O tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a ser dispensado aos MEIs, MEs e EPPs de que trata o art. 1º desta Lei Complementar será gerido pelo Comitê Gestor Municipal da Micro e Pequena Empresa (CGM).

Art. 3º. A Administração Pública Municipal, por intermédio do representante do Poder Executivo, criará o Comitê Gestor Municipal do Microempreendedor individual, da Microempresa e da Empresas de Pequeno Porte (CGM), nomeando seus membros por meio de Portaria, composto pela seguinte representatividade:

- I. 3 (três) representantes do Poder Executivo, indicados pelo Prefeito;
- II. 1 (um) representante do Poder legislativo, indicado pelo Presidente da Câmara;
- III. 1 (um) representante empresarial, com atuação local, indicado pela Associação Comercial ou na ausência desta, à convite do Agente de Desenvolvimento do Município.

§ 1º. O CGM será presidido por um representante do Poder Executivo.



§ 2º. Os membros representativos que constituirão o CGM terão mandato por um período de 2 (dois) anos, permitida recondução.

§ 3º. O CGM terá como função principal, assessorar e auxiliar a Administração Pública Municipal na implantação da referida Lei Complementar, orientado por meio de Resoluções do CGM.

§ 4º. O CGM será responsável por realizar estudos e de propor estratégias direcionadas à implantação da unicidade do processo de registro, legalização e baixa dos MEIs, MEs e EPPs registradas no Município, devendo entretanto, articular com a Gestão Pública e com os demais Órgãos Públicos envolvidos na formalização empresarial, buscando em conjunto, compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, sob a perspectiva do usuário/cidadão.

§ 5º. O CGM terá autonomia para definir sua forma de trabalho, devendo realizar reuniões ordinárias, com convocação de todos os seus membros.

§ 6º. A composição e funcionamento do CGM, bem como de suas Câmaras Temáticas deverão ser regulamentados por meio de Regimento Interno.

§ 7º. O CGM promoverá, pelo menos, uma conferência anual, a ser realizada, preferencialmente, no mês de novembro, para a qual serão convocadas as entidades envolvidas no processo de desenvolvimento econômico local e territorial, conselhos municipais e entidades parceiras afins.

§ 8º. O CGM terá uma Secretaria Executiva, à qual competem as ações de cunho operacional, demandadas pelo Comitê e o fornecimento das informações necessárias às suas deliberações.

§ 9º. A Secretaria Executiva, mencionada no parágrafo anterior, será exercida por servidor indicado pela presidência do CGM.

§ 10º. O Município, com recursos próprios e/ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas, assegurará recursos suficientes para garantir a estrutura física, de pessoal e a de pesquisas, estudos e eventos necessárias à implantação e ao funcionamento do CGM.

§ 11º. O mandato dos membros não será remunerado a qualquer título, sendo seus serviços considerados relevantes ao processo de desenvolvimento do município.

CAPÍTULO II

AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

Art. 4º. Caberá ao Chefe do Poder Executivo designar, através de Decreto, Agente de Desenvolvimento para a efetivação do disposto nesta Lei Complementar, observadas as especificidades locais.

§ 1º. A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que visem ao cumprimento das disposições e diretrizes contidas na Lei Complementar 123/2006, sob supervisão do Órgão Gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.

§ 2º. O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

- I. Residir na área da comunidade em que atuar;
- II. Haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento; e
- III. Possuir formação ou experiência compatível com a função a ser exercida;
- IV. Ser preferencialmente servidor efetivo do Município; e
- V. Vinculado ao órgão competente pelo desenvolvimento municipal.

§ 3º. A Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República juntamente com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial prestarão suporte aos referidos agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

CAPÍTULO III

DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Art. 5º. Para os efeitos desta lei, ficam adotados, na íntegra, os parâmetros de definição de ME, EPP e MEI constantes, respectivamente, do Capítulo II e do § 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como as alterações que vierem a ser feitas por resoluções do Comitê Gestor Federal.

CAPÍTULO IV

INSCRIÇÃO E BAIXA

Art. 6º. Será assegurado aos empresários e pessoas jurídicas:

- I. Entrada única de dados cadastrais e documentos;
- II. Processo de registro e legalização integrado entre os órgãos e entes envolvidos, por meio de sistema informatizado que garanta: sequenciamento das etapas de consulta prévia de nome empresarial e de viabilidade de localização, registro empresarial, inscrições fiscais e licenciamento de atividade; e participação da base nacional cadastral única de empresas; e
- III. Identificação nacional cadastral única que corresponderá ao número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

§ 1º. O sistema de que trata o inciso II do **caput** deve garantir aos órgãos e entidades integrados:

- I. Compartilhamento irrestrito dos dados da base nacional única de empresas; e
- II. Autonomia na definição das regras para comprovação do cumprimento de exigências nas respectivas etapas do processo;

§ 2º. A identificação nacional cadastral única substituirá para todos os efeitos as demais inscrições, sejam elas federais, estaduais ou municipais, após a implantação do sistema a que se refere o inciso II do **caput**, no prazo e na forma estabelecidos pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM.

§ 3º. É vedado aos órgãos e entidades integrados ao sistema informatizado de que trata o inciso II do **caput** o estabelecimento de exigências não previstas em lei.

§ 4º. A coordenação do desenvolvimento e da implantação do sistema de que trata o inciso II do **caput** ficará a cargo do CGSIM.

Art. 7º. O processo de abertura, registro, alteração e baixa do MEI, ME e EPP, bem como qualquer exigência para o início de seu funcionamento, deverão ter trâmite diferenciado, simplificado e favorecido, preferencialmente eletrônico, opcional para o empreendedor, observado o seguinte:

- I. Poderão ser dispensados o uso da firma, com a respectiva assinatura autografa, o capital, requerimentos, demais assinaturas, informações relativas ao estado civil e regime de bens, bem como remessa de documentos, na forma estabelecida pelo CGSIM;
- II. Ressalvado o disposto na Lei Complementar 123/2006, ficam reduzidos a 0 (zero) todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao MEI, incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e a demais contribuições relativas aos órgãos de registro, de licenciamento, sindicais, de regulamentação, de anotação de responsabilidade técnica, de vistoria e de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas;
- III. O agricultor familiar, definido conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e identificado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP física ou jurídica, bem como o MEI e o empreendedor de economia solidária ficam isentos de taxas e outros valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária; e
- IV. No caso do MEI, a cobrança associativa ou oferta de serviços privados relativos aos atos de que trata o inciso II deste artigo

SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO

somente poderá ser efetuada a partir de demanda prévia do próprio MEI, firmado por meio de contrato com assinatura autografa, observando-se que:

- a) para a emissão de boletos de cobrança, os bancos públicos e privados deverão exigir das instituições sindicais e associativas autorização prévia específica a ser emitida pelo CGSIM.
- b) o desrespeito ao disposto neste artigo configurará vantagem ilícita pelo induzimento ao erro em prejuízo do MEI, aplicando-se as sanções previstas em lei.

Art. 8º. Fica determinado à Administração Pública Municipal que seja estabelecida visita conjunta dos órgãos municipais no ato de vistoria para abertura e ou baixa de inscrição municipal, quando for o caso.

Art. 9º. Fica criado o Documento Único de Arrecadação Municipal – DUAM, que irá abranger as taxas e os órgãos envolvidas para abertura de MEI, ME e EPP, contemplando a união das taxas relacionadas a Posturas, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Saúde, e outras que venham a ser criadas.

Art. 10. Fica permitido o funcionamento residencial de estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços cujas atividades estejam de acordo com o Código de Posturas, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente desde que não acarretem inviabilidade no trânsito, conforme Plano Diretor Municipal e legislação específica.

Art. 11. Os requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências.

Art. 12. A Administração Pública Municipal criará, em 06 (seis) meses contados da publicação desta Lei Complementar, um banco de dados com informações, orientações e instrumentos à disposição dos usuários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, de forma integrada e consolidada, que permitam pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover ao usuário a

certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade do registro ou da inscrição.

Art. 13. A Administração Pública Municipal criará e colocará em funcionamento a Sala do Empreendedor, com a finalidade de ofertar os seguintes serviços:

- I. Concentrar o atendimento ao público no que se refere a todas as ações burocráticas necessárias à abertura, regularização e baixa no município de empresários e empresas, inclusive as ações que envolvam órgãos de outras esferas públicas, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade e agilidade do processo na perspectiva do usuário;
- II. Disponibilizar todas as informações prévias necessárias ao empresário para que ele se certifique, antes de iniciar o processo de abertura da empresa, de que não haverá restrições relativas à sua escolha quanto ao tipo de negócio, local de funcionamento e razão social, bem como das exigências legais a serem cumpridas nas esferas municipal, estadual e federal, tanto para abertura quanto para o funcionamento e baixa da empresa;
- III. Disponibilizar referências ou prestar atendimento consultivo para empresários e demais interessados em informações de natureza administrativa e mercadológica;
- IV. Disponibilizar acervos físicos e eletrônicos sobre os principais ramos de negócios instalados no município;
- V. Disponibilizar informações atualizadas sobre captação de crédito pelo MEI, ME e EPP; e
- VI. Disponibilizar as informações e meios necessários para facilitar o acesso do MEI, ME e EPP locais aos processos licitatórios de compras públicas no âmbito municipal, estadual e federal.

Parágrafo Único. Para o disposto nesse artigo, a Administração Pública Municipal poderá se valer de convênios com outros órgãos públicos e instituições de representação e apoio ao MEI, ME e EPP.

Art.14. A Sala do Empreendedor tem o objetivo de orientar os empreendedores, simplificando os procedimentos de registro de empresas no município, com as seguintes atribuições:



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO

- I. Disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e do alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficial;
- II. Emissão da Certidão de Zoneamento na área do empreendimento;
- III. Emissão do “Alvará Digital”;
- IV. Orientação acerca dos procedimentos necessários para a regularização da situação fiscal e tributária dos contribuintes; e
- V. Emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária.

§ 1º. Na hipótese de indeferimento de alvará ou inscrição municipal, o interessado será informado a respeito dos fundamentos e será oferecida orientação para adequação à exigência legal na Sala do Empreendedor.

§ 2º. Para a consecução dos seus objetivos, na implantação da Sala do Empreendedor, a administração municipal firmará parceria com outras instituições para oferecer orientação acerca da abertura, do funcionamento e do encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação acerca de crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no município.

Art. 15. Fica instituído o Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.

§ 1º A conversão do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento será condicionada à apresentação das licenças ou autorizações de funcionamento emitidas pelos órgãos e entidades competentes.

§ 2º Caso os órgãos e entidades competentes não promovam as respectivas vistorias no prazo de vigência do Alvará de Funcionamento Provisório, este se converterá, automaticamente, em definitivo.

§ 3º O Alvará de Funcionamento Provisório será emitido contra a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade pelo empresário ou responsável legal pela sociedade, no qual este firmará compromisso, sob as



penas da Lei, de observar os requisitos exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio.

§ 4º No Termo de Ciência e Responsabilidade constarão informações sobre as exigências que deverão ser cumpridas com anterioridade ao início da atividade do empresário ou da pessoa jurídica, para a obtenção das licenças necessárias à eficácia plena do Alvará de Funcionamento.

§ 5º. Para efeitos desta Lei, considera-se atividade de alto risco as atividades a seguir:

CNAE DENOMINAÇÃO

05xx-x/xx Extração de carvão mineral;

06xx-x/xx Extração de petróleo e gás natural;

07xx-x/xx Extração de minerais metálicos;

08xx-x/xx Extração de minerais não metálicos;

09xx-x/xx Atividades de apoio à extração de minerais;

111x-x/xx Fabricação de bebidas alcoólicas;

16xx-x/xx Fabricação de produtos de madeira;

17xx-x/xx Fabricação de celulose, papel e produtos de papel;

18xx-x/xx Impressão e reprodução de gravações;

19xx-x/xx Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis 20xx-x/xx Fabricação de produtos químicos;

22xx-x/xx Fabricação de produtos de borracha e de material plástico;

35xx-x/xx Eletricidade, gás e outras utilidades;

4679-6/01 Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares;

SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO

4681-8/xx Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP;

4682-6/xx Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP);

4684-2/xx Comércio atacadista de produtos químicos e petroquímicos, exceto agroquímicos;

4686-9/xx Comércio atacadista de papel e papelão em bruto e de embalagens;

4687-7/01 Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão;

4687-7/02 Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão;

473x-x/xx Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores;

4741-5/xx Comércio varejista de tintas e materiais para pintura;

4784-9/xx Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP);

4789-0/06 Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos;

4789-0/09 Comércio varejista de armas e munições;

582x-x/xx Edição integrada à impressão de livros, jornais, revistas e outras publicações 59xx-x/xx Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música;

60xx-x/xx Atividades de rádio e de televisão;

8230-0/xx Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos;

861x-x/xx Atividades de atendimento hospitalar;

87xx-x/xx Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares;

9001-9/xx Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares;

9003-5/xx Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas;

91xx-x/xx Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental;

92xx-x/xx Atividades de exploração de jogos de azar e apostas;

9319-1/01 Produção e promoção de eventos esportivos;

9321-2/xx Parques de diversão e parques temáticos;

329-8/01 Discotecas, danceterias, salões de dança e similares;

9329-8/99 Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente;

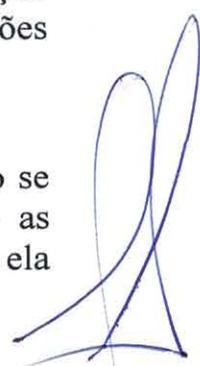
§ 6º. Nos casos referidos no *caput* deste artigo, poderá o Município conceder Alvará de Funcionamento Provisório para MEI, ME e EPP:

- I. instaladas em área ou edificação desprovidas de regulação fundiária e imobiliária, inclusive habite-se; ou
- II. em residência do MEI ou do titular ou sócio da ME e EPP, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação e aglomeração de pessoas, com exceção de condomínios (verificar código de posturas).

Art. 16. Será exigida vistoria prévia no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei Complementar para estabelecimentos que exerçam atividades consideradas de alto risco.

- I. A classificação de baixo grau de risco permite ao empresário ou à pessoa jurídica a obtenção do licenciamento de atividade mediante o simples fornecimento de dados e a substituição da comprovação prévia do cumprimento de exigências e restrições por declarações do titular ou responsável; e
- II. O disposto neste artigo não é impeditivo da inscrição fiscal.

Art. 17. O Alvará de Funcionamento Provisório será cancelado se após a notificação da fiscalização orientadora não forem cumpridas as exigências estabelecidas pela Administração Municipal, nos prazos por ela definidos.



Art. 18. O Alvará Provisório será declarado nulo se:

- I. Expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares; e
- II. Ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento ou o descumprimento do termo de responsabilidade firmado.

Parágrafo Único. Será pessoalmente responsável pelos danos causados à empresa, município e terceiros os empresários que tiverem seu Alvará Provisório declarado nulo por se enquadrarem no item II do artigo anterior.

Art. 19. Fica criado o “Alvará Digital”, caracterizado pela concessão por meio digital, de Alvará de Funcionamento, inclusive autorizando impressão de documento fiscal, para atividades econômicas em início de atividade no território do município.

§ 1º. O pedido de “Alvará Digital” deverá ser precedido pela expedição do formulário de consulta prévia para fins de localização, devidamente deferido pelo órgão competente da Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 2º. Fica disponibilizado no site do município o formulário de aprovação prévia, que será transmitido por meio do mesmo site para a Secretaria da Fazenda, a qual deverá responder, em 48 (quarenta e oito) horas, acerca da compatibilidade do local com a atividade solicitada.

§ 3º. Os imóveis reconhecidos como de atividades econômicas de acordo com classificação de zoneamento disponibilizada pela Administração Pública Municipal, bem como os profissionais autônomos, terão seus pedidos de consulta prévia para fins de localização respondidos via e-mail em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do início do expediente seguinte ao dia solicitação.

§ 4º. O alvará previsto no caput deste artigo não se aplica no caso de atividades eventuais e de comércio ambulante.

Art. 20. Da solicitação do “Alvará Digital”, disponibilizado e transmitido por meio do site do município, constarão, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- I. Nome do requerente e/ou responsável pela solicitação;
- II. Cópia do registro público de empresário individual ou contrato social ou estatuto e ata, no órgão competente; e
- III. Termo de responsabilidade modelo padrão, disponibilizado no site do município.

Art. 21. Será pessoalmente responsável pelos danos causados à empresa, ao município e/ou a terceiros os que, prestarem informações falsas ou sem a observância das Legislações federal, estadual ou municipal pertinente.

Art. 22. A presente lei não exime o contribuinte de promover a regularização perante os demais órgãos competentes, assim como nos órgãos fiscalizadores do exercício profissional.

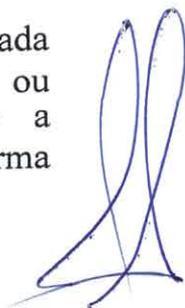
CAPÍTULO V

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

Art. 23. O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) das empresas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas MEI, ME e EPP (Simples Nacional) será feito como dispõe a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no seu capítulo IV.

Art. 24. O MEI poderá recolher os impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, obedecidas as normas específicas previstas nos arts. 18.A, 18.B e 18.C da Lei Complementar nº 123/2006, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

§ 1º. O MEI poderá ter sua inscrição automaticamente cancelada após período de 12 (doze) meses consecutivos sem recolhimento ou declarações, independentemente de qualquer notificação, devendo a informação ser publicada no Portal do Empreendedor, na forma regulamentada pelo CGSIM.



§ 2º. Fica vedada aos conselhos representativos de categorias econômicas a exigência de obrigações diversas das estipuladas na Lei Complementar 123/2006 para inscrição do MEI em seus quadros, sob pena de responsabilidade.

§ 3º. Fica vedado às concessionárias de serviço público o aumento das tarifas pagas pelo MEI por conta da modificação da sua condição de pessoa física para pessoa jurídica.

§ 4º. A tributação municipal do imposto sobre imóveis prediais urbanos – IPTU, deverá assegurar tratamento mais favorecido ao MEI para realização de sua atividade no mesmo local em que residir, mediante aplicação da menor alíquota vigente para aquela localidade, seja residencial ou comercial, nos termos da lei, sem prejuízo de eventual isenção ou imunidade existente.

§ 5º. O instituto do MEI é uma política pública que tem por objetivo a formalização de pequenos empreendimentos e a inclusão social e previdenciária.

- I. A formalização de MEI não tem caráter eminentemente econômico ou fiscal;
- II. Todo benefício previsto na Lei Complementar 123/2006 aplicável à ME estende-se ao MEI sempre que lhe for mais favorável;
- III. O MEI é modalidade de ME; e
- IV. É vedado impor restrições ao MEI relativamente ao exercício de profissão ou participação em licitações, em função da sua respectiva natureza jurídica.

Art. 25. Poderá o Executivo, de forma unilateral e diferenciada para cada ramo de atividade, conceder redução do ISS devido por microempresa ou empresa de pequeno porte, hipótese em que será realizado ajuste do valor a ser recolhido, sempre através de Lei Complementar apreciada e aprovada pelo Poder Legislativo, acompanhada do devido impacto financeiro-orçamentário e de medidas de minimização desses impactos.

Art. 26. O Município poderá estabelecer, independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, valores fixos mensais para o recolhimento do ISS devido por microempresa que tenha auferido receita

bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), ficando a microempresa sujeita a esses valores durante todo o ano-calendário, conforme dispõe o artigo 18, § 18º, da Lei Complementar 123/2006.

CAPÍTULO VI

ACESSO AOS MERCADOS

Art. 27. Nas contratações da Administração Pública Municipal deverá ser concedido tratamento diferenciado e favorecido para o MEI, ME e EPP objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Art. 28. Para a ampliação da participação dos MEIs, MEs e EPPs nas licitações públicas, a Administração Pública Municipal deverá atuar de forma proativa no convite aos MEIs, MEs e EPPs locais e regionais para participarem dos processos de licitação.

Art. 29. Os MEIs, MEs e EPPs, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º. A não regularização da documentação no prazo previsto no § 1º deste artigo implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 30. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para os MEIs, MEs e EPPs.

§ 1º. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelos MEIs, MEs e EPPs sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º. Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço e/ou menor lance.

Art. 31. Ocorrendo o empate citado nos §§ 1º e 2º do artigo 31, o procedimento será o seguinte:

- I. Os MEIs, MEs e EPPs mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- II. Não ocorrendo a contratação do MEI, ME e EPP, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 31 desta lei, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
- III. No caso de equivalência dos valores apresentados pelos MEIs, MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo 31 desta lei, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º. O disposto no artigo 30 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por MEI, ME e EPP.

§ 3º. No caso de pregão, o MEI, ME e EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Art. 32. Para o cumprimento do disposto no art. 28 desta Lei, a Administração Pública:

- I. deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de MEI, ME e EPP nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- II. poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de MEI, ME e EPP; e
- III. deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de MEI, ME e EPP.

§ 1º. Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da Administração Pública poderão ser destinados diretamente aos MEIs, MEs e EPPs subcontratadas.

§ 2º. Os benefícios referidos no **caput** deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para os MEIs, MEs e EPPs sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

Art. 33. Não se aplica o disposto nos artigos 28 e 32 desta Lei Complementar quando:

- I. Não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como MEI, ME e EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
- II. O tratamento diferenciado e simplificado para os MEIs, MEs e EPPs não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; e
- III. a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de MEI, ME e EPP, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 32.

Art. 34. Para contribuir para a ampla participação nos processos licitatórios, o Município deverá:

- I. divulgar as compras públicas a serem realizadas, com previsão de datas das contratações, no sítio oficial do município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação, inclusive junto às entidades de apoio e representação dos MEIs, MEs e EPPs para divulgação em seus veículos de comunicação; e
- II. padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços a serem contratados, de modo a orientar os MEIs, MEs e EPPs e facilitar a formação de parcerias e subcontratações.

Art. 35. A aquisição de gêneros alimentícios, salvo razões preponderantes, devidamente justificadas, deverá ser planejada de forma a considerar a capacidade dos fornecedores para disponibilizar produtos frescos e a facilidade de entrega nos locais de consumo, de forma a evitar custos com transporte e armazenamento.

Parágrafo único. Preferencialmente, a alimentação fornecida ou contratada por parte dos órgãos da Administração terá o cardápio padronizado e a alimentação balanceada com gêneros usuais do município ou da região.

Art. 36. A Administração Municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros municípios de grande comercialização.

CAPÍTULO VII

FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 37. A fiscalização municipal, nos aspectos de posturas, do uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança, relativos aos MEIs, MEs e EPPs e demais contribuintes, deverá ter natureza orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, não for de alto grau de risco.

Art. 38. Nos moldes do artigo anterior, quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita, para lavratura de auto de

infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

Parágrafo único. Considera-se reincidência, para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 12 (doze) meses, contados do ato anterior.

Art. 39. A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento e em ação posterior de caráter punitivo quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.

Art. 40. Quando na visita for constatada qualquer irregularidade, será lavrado um Termo de verificação e orientação para que o responsável possa efetuar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, sem aplicação de penalidade.

§ 1º. Quando o prazo referido neste artigo, não for suficiente para a regularização necessária, o interessado deverá formalizar com o órgão de fiscalização, um termo de ajuste de conduta, onde, justificadamente, assumirá o compromisso de efetuar a regularização dentro do cronograma que for fixado no Termo.

§ 2º. Decorridos os prazos fixados no caput ou no Termo de Ajuste de Conduta - TAC, sem a regularização necessária, será lavrado auto de infração com aplicação de penalidade cabível.

CAPÍTULO VIII

ASSOCIATIVISMO

Art. 41. O Poder Executivo poderá adotar mecanismos de incentivo à formação e funcionamento de cooperativas e associações no Município, por meio do:

- I. Estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

- II. Estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do município no mercado produtivo, fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;
- III. Criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à produção e comercialização para o mercado interno e para exportação;

Art. 42. A Administração Pública Municipal poderá incentivar a formação de arranjos produtivos locais, para incrementar a articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre os MEIs, MEs e EPPs pertencentes à uma mesma cadeia produtiva.

CAPÍTULO IX

ESTÍMULO AO CRÉDITO E À CAPITALIZAÇÃO

Art. 43. A Administração Pública Municipal, para estímulo ao crédito e à capitalização dos MEIs, MEs e EPPs, reservará em seu orçamento anual percentual a ser utilizado para apoiar programas de crédito e ou garantias, isolados ou suplementarmente aos programas instituídos pelo Estado ou a União, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.

Art. 44. A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de linhas de microcrédito operacionalizadas através de instituições, tais como instituições financeiras oficiais, cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip, dedicadas ao microcrédito com atuação no âmbito do Município ou da região.

Art. 45. A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de estruturas legais focadas na garantia de crédito com atuação no âmbito do Município ou da região.

Art. 46 A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a instalação e a manutenção, no Município, de cooperativas de crédito e outras

instituições financeiras, público e privadas, que tenham como principal finalidade a realização de operações de crédito com MEI, ME e EPP.

Art. 47. A Administração Pública Municipal fica autorizada a criar Comitê Estratégico de Orientação ao Crédito, coordenado pelo Poder Executivo do Município, e constituído por agentes públicos, associações empresariais, profissionais liberais, profissionais do mercado financeiro, de capitais e/ou de cooperativas de crédito, com o objetivo de sistematizar as informações relacionadas a crédito e financiamento e disponibilizá-las aos MEIs, MEs e EPPs do Município, por meio das Secretarias Municipais competentes.

§ 1º. Por meio desse Comitê, a Administração Pública Municipal disponibilizará as informações necessárias aos MEIs, MEs e EPPs localizados no município a fim de obter linhas de crédito menos onerosas e com menos burocracia.

§ 2º. Também serão divulgadas as linhas de crédito destinadas ao estímulo à inovação, informando-se todos os requisitos necessários para o recebimento desse benefício.

§ 3º. A participação no Comitê não será remunerada.

CAPÍTULO X ESTÍMULO À INOVAÇÃO

Art. 48. A Administração Pública Municipal fica autorizada a conceder os seguintes benefícios, com o objetivo de estimular e apoiar a instalação de condomínios de MEIs, MEs e EPPs e incubadoras no Município, que sejam de base tecnológica conforme os parâmetros definidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e que sejam de caráter estratégico para o município:

- I. Escolha do local para instalação e licenciamento municipal;
- II. Admissão de aporte de capital, que não integrará o capital social da empresa;

- III. As finalidades de fomento a inovação e fomento deverão constar do contrato de participação, com vigência não superior a sete anos;
- IV. O aporte poderá ser considerado para pessoas físicas ou jurídicas;
- e
- V. A atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente por sócios regulares em seu nome individual e sob sua exclusiva responsabilidade;

Art. 49. A Administração Pública Municipal fica autorizada a incentivar, apoiar e criar, de forma isolada ou em parceria com outras instituições públicas ou privadas, os seguintes instrumentos de apoio à inovação tecnológica:

- I. O Fundo Municipal de Inovação Tecnológica da Micro e Pequena Empresa, com o objetivo de fomentar a inovação tecnológica nas MPE locais;
- II. Incubadoras de empresas de base tecnológica com o objetivo de incentivar e apoiar a criação, no município, de empresas de base tecnológica; e
- III. Parques Tecnológicos com o objetivo de incentivar e apoiar a criação e a instalação, no município, de empresas de base tecnológica.

Art. 50. Os órgãos e entidades públicas municipais, que atuam com foco em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, terão por meta efetuar a aplicação de, no mínimo 20% (vinte por cento) de seus investimentos em projetos de inovação tecnológica dos MEIs, MEs e EPPs do município.

SEÇÃO I

FOMENTO ÀS INCUBADORAS, CONDOMÍNIOS EMPRESARIAIS E EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA

Art. 51. A Administração Pública Municipal manterá programa de desenvolvimento empresarial, podendo instituir incubadoras de empresas,

com a finalidade de desenvolver MEIs, MEs e EPPs de vários setores de atividade.

§ 1º. O Município será responsável pela implementação do programa de desenvolvimento empresarial referido no *caput* deste artigo, por si ou em parceria com entidades de pesquisa e apoio aos MEIs, MEs e EPPs, órgãos governamentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de inovação tecnológica e instituições de apoio.

§ 2º. As ações vinculadas à operação de incubadoras serão executadas em local especificamente destinado para tal fim, ficando a cargo da municipalidade as despesas com aluguel, manutenção do prédio, fornecimento de água e demais despesas de infraestrutura, devendo estar previsto no Plano Plurianual e reservada a devida dotação orçamentária e recursos.

§ 3º. O prazo máximo de permanência no programa é de 2 (dois) anos para que as empresas atinjam suficiente capacitação técnica, independência econômica e comercial, podendo ser prorrogado por prazo não superior a 2 (dois) anos mediante avaliação técnica. Findo este prazo, as empresas participantes se transferirão para área de seu domínio ou que vier a ser destinada pela Administração Pública Municipal a ocupação preferencial por empresas egressas de incubadoras do Município.

Art. 52. A Administração Pública Municipal poderá criar distritos industriais, em local a ser estabelecido por lei, e também indicará as condições para alienação dos lotes a serem ocupados.

Art. 53. A Administração Pública Municipal apoiará e coordenará iniciativas de criação e implementação de parques tecnológicos, inclusive mediante aquisição ou desapropriação de área de terreno situada no Município para essa finalidade.

§ 1º. Para consecução dos objetivos de que trata o presente artigo, o Município poderá celebrar instrumentos jurídicos apropriados, inclusive convênios e outros instrumentos jurídicos específicos, com órgãos da Administração direta ou indireta, federal ou estadual, bem como com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, instituições de fomento, investimento ou financiamento, buscando promover a

cooperação entre os agentes envolvidos e destes com empresas cujas atividades estejam baseadas em conhecimento e inovação tecnológica.

§ 2º. A Administração Pública Municipal indicará Secretaria Municipal a quem competirá:

- I. Zelar pela eficiência dos integrantes do Parque Tecnológico, mediante ações que facilitem sua ação conjunta e a avaliação de suas atividades e funcionamento; e
- II. Fiscalizar o cumprimento de acordos que venham ser celebrados com a Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO XI ACESSO À JUSTIÇA

Art. 54. O Município realizará parcerias com a iniciativa privada, através de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, ONGs, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e outras instituições semelhantes, a fim de orientar e facilitar aos MEIs, MEs e EPPs o acesso à justiça, priorizando a aplicação do disposto no artigo 74 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 55. O Município celebrará parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário, objetivando a estimulação e utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse dos MEIs, MEs e EPPs localizadas em seu território.

§ 1º. O estímulo a que se refere o *caput* deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e aos honorários cobrados.

§ 2º. Com base no *caput* deste artigo, o Município também poderá formar parceria com Poder Judiciário, OAB e Universidades, com a finalidade de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, bem como postos avançados do mesmo.

CAPÍTULO XII

APOIO E DA REPRESENTAÇÃO

Art. 56 Para o cumprimento do disposto nesta lei, bem como para desenvolver e acompanhar políticas públicas voltadas aos MEIs, MEs e EPPs, a Administração Pública Municipal poderá incentivar e apoiar a criação de Fórum Municipal, com a participação dos representantes dos órgãos públicos e das entidades vinculadas ao setor empresarial urbano e rural, além de estimular a participação dos mesmos em fóruns regionais e estaduais.

CAPÍTULO XIII

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

Art. 57. A Administração Pública Municipal poderá promover parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos que tenham por objetivo valorizar o papel do empreendedor, disseminar a cultura empreendedora e despertar vocações empresariais, ficando autorizado a firmar parcerias ou convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos educacionais, com foco em gestão de pequenos negócios, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo e temas afins, nas escolas do município, visando difundir a cultura empreendedora.

§ 1º. O disposto neste artigo compreende ações de caráter curricular ou extracurricular voltadas a alunos das escolas públicas e privadas do Município.

§ 2º. Os projetos referentes a esse artigo também poderão assumir a forma de fornecimento de cursos de qualificação, concessão de bolsas de estudo, complementação de ensino básico público, ações de capacitação de professores, e outras ações que a Administração Pública Municipal entender cabíveis para estimular a educação empreendedora.

Art. 58. Fica a Administração Pública Municipal autorizado a realizar ações de inclusão digital, com o objetivo de promover o acesso de

MEIs, MEs e EPPs do Município às novas tecnologias da informação e comunicação e a implantar programa para fornecimento de sinal da rede mundial de computadores em banda larga, via cabo, rádio ou outra forma.

§ 1º. Compreendem-se como ações de inclusão digital deste artigo:

- I. A abertura ou destinação e manutenção de espaços públicos dotados de computadores para acesso gratuito à Internet;
- II. O fornecimento de serviços integrados de qualificação e orientação; e
- III. A divulgação e a facilitação do uso de serviços públicos oferecidos por meio da Internet.

CAPÍTULO XIV

ESTÍMULO À FORMALIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS

Art. 59. Com o objetivo de incentivar a regularização das atividades empresariais no município fica a Administração Pública Municipal autorizada a conceder às pessoas físicas ou jurídicas que desempenham atividades econômicas, que espontaneamente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a promulgação desta lei, providenciarem sua regularização, os seguintes benefícios:

- I. Ficarão eximidas de quaisquer penalidades referentes ao período de informalidade;
- II. Terão reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro e aos demais itens relativos ao processo de registro;
- III. Receberão orientação quanto à atividade ou situação em que se encontra o empreendimento em relação a aspectos trabalhistas, metrológicos, sanitários, ambientais e de segurança; e
- IV. Usufruirão de todos os serviços ofertados pela Sala do Empreendedor, descritos no artigo 12 desta lei.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se informais as atividades econômicas em funcionamento que não estejam inscritas no

Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e no Cadastro de Contribuintes do município.

CAPÍTULO XV

AGROPECUÁRIA E DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

Art. 60. A Administração Pública Municipal fica autorizada a firmar parcerias e formalizar convênios com órgãos públicos com foco no agronegócio, entidades de pesquisa e assistência técnica rural e instituições afins, com o objetivo de melhorar a produtividade e a qualidade produtiva dos pequenos empreendimentos rurais, mediante aplicação de conhecimento técnico na atividade dos pequenos produtores.

§ 1º. Das parcerias referidas neste artigo poderão fazer parte sindicatos rurais, cooperativas e entidades da iniciativa privada que tenham condições de contribuir para a implementação de projetos, mediante geração e disseminação de conhecimento, fornecimento de insumos a pequenos produtores rurais; contratação de serviços para a locação de máquinas, equipamentos e abastecimento; e outras atividades rurais de interesse comum.

§ 2º. Poderão receber os benefícios das ações referidas no caput deste artigo, pequenos produtores rurais que, em conjunto ou isoladamente, tiverem seus respectivos planos de melhoria aprovados pelo órgão ou secretaria competente da Administração Pública Municipal.

§ 3º. Estão compreendidas no âmbito deste artigo atividades para conversão do sistema de produção convencional para sistema de produção orgânico, entendido como tal aquele no qual se adotam tecnologias que otimizam o uso de recursos naturais com objetivo de promover a autossustentação, a minimização da dependência de energias não renováveis, a eliminação do emprego de agrotóxicos, e de outros insumos artificiais tóxicos e de radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção e armazenamento dos gêneros alimentícios.



CAPÍTULO XVI

TURISMO E SUAS MODALIDADES

Art. 61. A Administração Pública Municipal poderá promover parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, entidades de apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável, Circuitos Turísticos e outras instâncias de governança, que visem à melhoria da produtividade e da qualidade de produtos turísticos do município.

§ 1º. Das parcerias referidas neste artigo poderão fazer parte Associações e Sindicatos de classe, cooperativas e entidades da iniciativa privada que tenham condições de contribuir para a implementação de projetos, mediante geração e disseminação de conhecimento, fornecimento de insumos aos MEIs, MEs e EPPs e empreendedores rurais especificamente do setor.

§ 2º. Poderão receber os benefícios das ações referidas no caput deste artigo os pequenos empreendimentos do setor turístico, legalmente constituídos, e que tenham realizado seu cadastro junto ao Ministério do Turismo, através do CADASTUR ou outro mecanismo de cadastramento que venha substituí-lo.

§ 3º. O Município concentrará seus esforços no sentido de promover o desenvolvimento do turismo nas modalidades características da região.

CAPÍTULO XVII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62. Fica instituído o “Dia Municipal do Microempreendedor, da Micro e Pequena Empresa e do Desenvolvimento”, que será comemorado em 5 de outubro de cada ano.

Parágrafo único. Nesse dia, será realizada audiência pública na Câmara dos Vereadores, amplamente divulgada, em que serão ouvidas

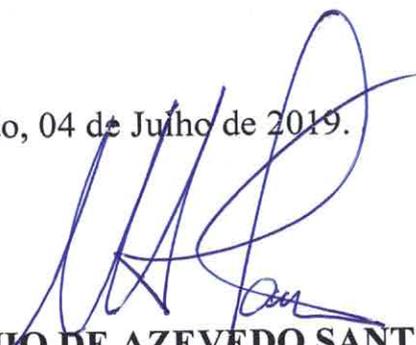
lideranças empresariais e debatidas propostas de fomento aos pequenos negócios e melhorias da legislação específica.

Art. 63. A Secretaria Municipal da Fazenda elaborará cartilha para ampla divulgação dos benefícios e vantagens instituídos por esta Lei Complementar, especialmente visando à formalização dos empreendimentos informais.

Art. 64. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil subsequente à sua publicação.

Art. 65. Revoga a Lei Complementar Municipal nº 17/2011, de 01 março de 2011, e outras disposições em contrário.

Município de São Cristóvão, 04 de Junho de 2019.



MARCOS ANTONIO DE AZEVEDO SANTANA
Prefeito Municipal

ÍNDICE

CAPÍTULO I	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (art. 1º a 3º)
CAPÍTULO II	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO (art. 4)
CAPÍTULO III	DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (art. 5º)
CAPÍTULO IV	INSCRIÇÃO E BAIXA (art. 6º a 22)
CAPÍTULO V	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (art. 23 a 26)
CAPÍTULO VI	ACESSO AOS MERCADOS (art. 27 a 36)
CAPÍTULO VII	FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA (art. 37 a 40)
CAPÍTULO VIII	ASSOCIATIVISMO (art. 41 e 42)
CAPÍTULO IX	ESTÍMULO AO CRÉDITO E À CAPITALIZAÇÃO (art. 43 a 47)
CAPÍTULO X	ESTÍMULO À INOVAÇÃO (art. 48 a 50)
SEÇÃO I	FOMENTO ÀS INCUBADORAS, CONDOMÍNIOS EMPRESARIAIS E EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA (art. 51 a 53)
CAPÍTULO XI	ACESSO À JUSTIÇA (art. 54 e 55)
CAPÍTULO XII	APOIO E DA REPRESENTAÇÃO (art. 56)
CAPÍTULO XIII	EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA (art. 57 a 58)
CAPÍTULO XIV	ESTÍMULO À FORMALIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS (art. 59)
CAPÍTULO XV	AGROPECUÁRIA E DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS (art. 60)
CAPÍTULO XVI	TURISMO E SUAS MODALIDADES (art. 61)
CAPÍTULO XVII	DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (art. 62 a 65)